



QUANDO A ESMOLA É GRANDE. A INDUSTRIALIZAÇÃO DO INTERIOR

Portugal assumiu como prioridade a coesão territorial, a redução das assimetrias e das desigualdades, combatendo “o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento do interior”, tornando-o “mais competitivo e mais sustentável” (Programa Nacional para a Coesão Territorial, 2016). Entretanto, a União Europeia adotou, motivada pela crise da COVID-19, uma nova “estratégia industrial para a Europa”. Portugal pretende situar-se na “linha da frente”.

Trata-se de inverter uma longa tendência de desindustrialização: entre 1991 e 2021, o peso do emprego na indústria desceu em Portugal de 37,9% para 24,8% e na União Europeia de 34% para 25%. Por outro lado, a situação demográfica não parou de se agravar. O caso extremo do concelho de Melgaço, do interior e na fronteira, é ilustrativo: entre os censos de 1981 e 2021, a população residente reduziu-se de 13 246 para 7 773 residentes, o índice de envelhecimento disparou de 68,5 para 572,1 idosos (com 65 ou mais anos) para 100 jovens (com menos de 15 anos) e a taxa de fecundidade é inferior a 0,8 filhos por mulher em idade fértil (deve alcançar 2,1 para assegurar a reprodução da população). A industrialização do interior possui a virtude de corresponder a ambos os objetivos: desenvolver economicamente e revitalizar demograficamente.

Esta aposta na deslocação das empresas para o interior não resulta de todo despropositada. A evolução das acessibilidades e as novas tecnologias alteraram a cartografia das centralidades e das periferias. Valença e Paredes de Coura (com a inauguração da ligação entre o parque industrial de Formariz e a A3) têm acesso rodoviário à Europa por autoestrada mais perto e rápido do que, por exemplo, o Porto. Estão próximas do porto e do aeroporto de Vigo, do porto de Marín e da ferrovia que liga Vigo a Irún. A alta velocidade está, pelos vistos, a chegar.

Quanto às novas tecnologias digitais, o interior parece estar, por uma vez, em igualdade, senão superioridade, de circunstâncias. O con-

celho de Melgaço tem cobertura 5G em praticamente todo o território. As periferias já não são o que eram. Acresce a qualidade das infraestruturas de acolhimento empresarial, o preço dos terrenos, a discriminação positiva nos fundos europeus e vários incentivos específicos.

Ergue-se, porém, à partida, uma dificuldade. A exiguidade de recursos humanos disponíveis para exercer uma atividade profissional. Os mercados locais de emprego deparam-se com uma falta crónica de trabalhadores. Esta carência não é recente. Há 20 anos, fomos convidados, pela autarquia de V. N. de Cerveira, para um estudo na zona industrial de Campos. Algumas empresas ameaçavam encerrar, deslocar-se, argumentando sérias dificuldades no recrutamento de colaboradores. Por essa altura, Melgaço era notícia por alcançar, nas estatísticas, uma situação de pleno emprego. À partida, mas não à chegada. Cativar trabalhadores de outras proveniências pode ser solução. Nomeadamente, do estrangeiro.

Entretanto, criam-se novas zonas industriais e as existentes expandem-se. O crescimento do emprego e da imigração são convincentemente retratados no Diagnóstico da População Imigrante em Vila Nova de Cerveira, coordenado por José Cunha Machado, de novembro de 2022. Num concelho com 9 000 residentes, estima-se o número de imigrantes “entre os 750 e os 800”, quase um em cada dez habitantes. Mais de metade de origem asiática e perto de um terço, sul americana. Dois em cada cinco deram entrada durante o ano de 2022.

Torna-se complicado alojar, de repente, tanta gente. Curiosamente, nem sempre por falta de casas. Melgaço tinha, em 2021, 7 773 residentes e 7 836 habitações, com água canalizada, duche ou banho, instalações sanitárias e esgoto. Só que, de emigrantes ou segundas residências, não estão disponíveis para arrendamento. Sobem os preços e o alojamento nem sempre é condigno: sobrelotação, degradação e práticas inaceitáveis de exploração. A qualidade de vida ressentem-se.

As autarquias empenham-se. V. N. de Cerveira, “para colmatar a grande procura por parte de trabalhadores da zona industrial”, promove um programa de reabilitação e reconversão de edifícios para habitação orçamentado em 6,7 milhões de euros. Melgaço, antecipando as necessidades da futura zona industrial de Alvarado, investe 7,5 milhões de euros na reabilitação e construção de casas para arrendamento acessível. Mas sem milagres! Desde a decisão inicial até à entrega das chaves, contam-se anos. Espera-se que as pressas não ocasionem erros de má memória, tais como concentrações segregadas.

Importa integrar e apoiar os novos residentes que, eventualmente próximos do limiar da pobreza, atravessam momentos de adversidade e precariedade. Convém, também, aproveitar as potencialidades da multiculturalidade e prevenir os seus riscos. Em todos os domínios: trabalho, saúde, educação, cultura ou o lazer. Interpenetram-se. A inclusão é decisiva para a fixação dos imigrantes. O excesso de mobilidade e estadias de curta duração provocam instabilidade: as empresas formam trabalhadores que logo se despedem, as escolas inscrevem e transferem alunos a meio do ano letivo, os poucos laços sociais criados não se consolidam.

As autarquias fazem o que podem: além da habitação e infraestruturas, promovem cursos de formação, convívios, entidades e iniciativas de acompanhamento e solidariedade. Sobram, naturalmente, desafios que não cabem nesta página: transportes, ambiente, articulação com alternativas de desenvolvimento. A industrialização do interior segue a bom ritmo. Capacita e reanima, mas também cria desafios, encargos e incertezas, que justificam monitorização e cuidado. Quando a esmola é grande, interessa saber o que implica e pensar o que fazer com ela.

*Albertino Gonçalves, Professor Universitário,
Membro do Fórum de Cidadania
Pela Erradicação da Pobreza - Braga*

